

DIOGO RAMADA CURTO
O COLONIALISMO
PORTUGUÊS EM ÁFRICA
DE LIVINGSTONE
A LUANDINO

70

Índice

Introdução	11
1. A exploração de África no século XIX.....	27
2. Políticas coloniais e escravatura moderna	69
3. Em torno do Centro de Estudos da Guiné	149
4. Um álbum fotográfico da Diamang	161
5. A historiografia do império português, <i>circa</i> 1960.....	215
6. O debate político sobre as raças	229
7. Uma história conservadora do império.....	293
8. Regedorias, aldeamentos e migrações	309
9. Os musseques entre a violência e Le Corbusier.....	391
10. Etnografia, literatura angolana e Luandino.....	485
Índice de conceitos.....	523
Índice geográfico	533
Índice onomástico	539
Abreviaturas.....	549

Introdução

Este livro trata do império colonial português nos séculos XIX e XX, centrando-se no estudo das políticas coloniais e de alguns processos sociais e económicos que nele ocorreram ⁽¹⁾. Particular atenção será dada às questões laborais e aos movimentos de população. O objectivo é reconstituir o ponto de vista dos que se confrontaram em diferentes situações e processos coloniais, a começar pelo trabalho dos que, enquadrados por instituições, participaram de um governo por relatórios. As suas representações ideológicas foram modeladas por um conjunto de disciplinas, a começar pela escrita da história, e um vasto leque de discursos, relacionados tanto com o debate sobre as raças como com construções literárias. Porém, longe se está de pensar que tais representações conferiram unidade e coerência às acções e processos de desestruturação das sociedades colonizadas, a bem da criação de uma nova ordem. Escusado, por isso, procurar uma unidade ou um corpo coerente

⁽¹⁾ Para um período anterior, ver, do autor, *Cultura imperial e projectos coloniais (1415–1800)* (Campinas: Unicamp, 2009); *Cultura imperial y proyectos coloniales de los portugueses (siglos XV a XVIII)*, trad. Fernando Chavarria (Madrid: Marcial Pons, 2019); *Imperial Culture and Colonial Projects: The Portuguese-Speaking World from the Fifteenth to the Eighteenth Centuries*, trad. Alison Aiken (Nova Iorque: Berghahn Books, 2020).

e ordenado, com base nos conceitos de missão civilizadora, modernização, desenvolvimento, reformismo ou autoritarismo. Escusado, também, empolar a voz dos que a não tiveram e cujos rastros são escassos nos arquivos.

Melhor será encontrar inspiração nos microcosmos descritos por Castro Soromenho em *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e em *A Chaga* (1970), onde interagem colonos, administradores, cipaios, capitas, sobas, sobetas e a população negra das sanzalas. Em Camaxilo, as chuvas, a fome e as mortes culminam no incêndio da casa da administração. O colonialismo, em lugar de ser um projecto, não passava de uma terra queimada, pejada de violência e de vidas alienadas. De igual modo, as investigações aqui reunidas pretendem descrever, reconstituir o significado e analisar situações e processos coloniais, sem cair em antinomias simplistas ou generalizações acerca do controlo *versus* resistência, hegemonia-subalternidade. É que os termos dessa mesma oposição — fundada numa sociologia simplista que tirava proveito do conceito de situação colonial e opunha, à integração, a resistência ou, à desestruturação das comunidades tradicionais, fenómenos de reacção quase primitiva, onde os messianismos faziam parte da chamada «supertribalização» — já se encontram nos escritos dos ideólogos oficiais do Estado colonial de Salazar ⁽²⁾. Também se impõe distância em relação às lógicas metropolitanas e eurocêntricas, tidas como determinantes na definição das políticas coloniais, para procurar seguir os modos como se interpenetraram as histórias metropolitanas, coloniais e de África ⁽³⁾.

Na base dos exercícios analíticos deste livro, está a defesa de um ponto de vista ético — que pode ser visto como uma chamada à responsabilidade dos historiadores, jornalistas e investigadores de ofício — contra duas posições

⁽²⁾ A. Castilho Soares, «Povoamento e justaposição de grupos humanos no Ultramar», in *Colóquios sobre problemas de povoamento* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 33, 1960), pp. 81–104, *maxime* pp. 87–92.

⁽³⁾ Para uma interrogação acerca dos pontos de vista eurocêntricos que pesaram sobre a historiografia de Angola, ver Gerald J. Bender e Allen Isaacman, «The Changing Historiography of Angola and Mozambique», in *African Studies since 1945: A Tribute to Basil Davidson*, ed. Christopher Fyfe (Londres: Longman, 1976), pp. 220–248; Alfredo Margarido, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1980); Eugénio Monteiro Ferreira, *As ideias de Kimamuenho (Um intelectual rural do período 1918–1922)* (Porto: Edições Asa, União dos Escritores Angolanos, 1989), pp. 16–20. Numa obra pioneira, Valentim Alexandre também chamou a atenção para a necessidade de se atender a uma perspectiva relacional, quando considerou que o significado de projectos e políticas coloniais, longe de ser redutível às dinâmicas internas da metrópole, concebendo a sociedade colonial como um meio inerte, sujeito às influências externas, tem de ser visto em função da «resposta a resistências, a formas de adaptação ou a iniciativas próprias da sociedade colonizada, e tudo o que nos resultados obtidos — positivos ou negativos — é imputável ao funcionamento interno das economias dominadas», *Origens do Colonialismo Português Moderno* (Lisboa: Sá da Costa, 1979), p. 20.

que acabam por ter mais pontos em comum do que à primeira vista pode parecer. Refiro-me, por um lado, aos que afirmam que o império nunca existiu, quer porque foi excepcional, como durante o Estado Novo se procurou fazer crer, quer porque serviu propósitos mais *New Age*, que o tomam como uma construção cultural e um amontoado de discursos demonstrativos da sua inerente debilidade. Por outro lado, este livro pretende ganhar distância em relação às reduções do império e do colonialismo a um repertório de legados. Sobretudo de legados bons, por oposição aos maus, e outras patranhas promovidas, antes de mais, por um discurso académico circular, em torno das questões da memória e de desprezo pelas sociedades de veteranos criadas pelas guerras. Ora, esse discurso acerca dos legados do império tem sido desenvolvido em paralelo com um outro de militância política e moral que apenas aflora, bem superficialmente, questões como a do racismo, da escravatura e da violência colonial, sem nunca se envolver com a prática analítica e com os arquivos coloniais. Tal como sucede em qualquer discurso militante, investido de uma espécie de urgência e consagrado à força por uma consciência moral, as ideias não passam, então, de um manifesto de certezas, sem margem para a crítica ou o incitamento à dúvida. Ou seja, sem nunca porem o dedo na ferida, os militantes tomam como adquirido aquilo que não o é; e acabam por não conseguir explicar o sentido de tantos sacrifícios, situações de dor extrema, violências e, até, actos de heroísmo.

Uma perspectiva como aquela que aqui se pretende desenvolver não é inédita. Está ancorada em trabalhos anteriores, correspondendo a uma renovação dos estudos sobre o império português contemporâneo feita no cruzamento de várias agendas, associadas ao ofício de historiador e à prática das ciências sociais. Apesar de ser inegável que, às preocupações académicas, se somaram os debates sobre a memória e os legados imperiais, estes têm determinado, tantas vezes de maneira enviesada, o modo como são enunciados alguns problemas que orientam a pesquisa. A relação entre perspectivas académicas e pontos de vista políticos, associada às condições em que são lançados os debates públicos, está longe de estar resolvida, existindo, entre os dois lados, muitas zonas de sobreposição, e nem sempre parece claro qual deles tem ascendente sobre o outro. A mesma indiferenciação aplica-se à relação entre fontes primárias ou arquivísticas e a bibliografia dita de consulta. É que a compreensão do significado desta última não só exige a reconstituição dos seus contextos políticos e ideológicos, como implica a consciência da linha ténue que separa a produção científica, sediada em institutos, escolas e universidades, em relação aos próprios discursos construídos pelos agentes imperiais, cuja produção correspondeu a um trabalho inscrito em instituições específicas do Estado colonial.

A história dos impérios, do colonialismo e da descolonização, talvez ainda de forma mais nítida do que a dos regimes autoritários e fascistas,

envolve modos de politização extrema. Porém, ocorre com a identificação dos mesmos algo de semelhante ao que já foi apontado acerca da descolonização: «a periodização e os padrões de descolonização são muito variados e os objectivos dos movimentos nos diferentes países nem sempre foram consistentes entre si» (4). Por isso, só uma vigilância analítica exercida de forma sistemática — sem tréguas, em relação à naturalização de tantas situações e à força adquirida por tantos temas cristalizados e que não podem ser postos em causa — poderá ajudar a encontrar a distância e os instrumentos necessários para fazer uma história mais objectiva. Contudo, não adianta reclamar independência ideológica, proclamando o lugar a partir do qual se escreve, num ritual de aparente transparência, quando se tomam por essências determinados temas e, simultaneamente, se reproduz aquilo que foi enunciado em contexto político de dominação. Assim, em lugar de postular certezas e impor como axioma um modo asséptico de fazer história, mais vale reconhecer, na prática, que o trabalho de análise e de vigilância sobre as diferentes operações de criação de uma distância corresponde a uma tarefa lenta e paciente — um combate que requer um treino intensivo.

Um trabalho analítico que se assume como uma forma de combate, mas que se opõe aos simplismos de todas as vulgatas militantes, terá sempre de começar por ter em conta a experiência carregada pelos que nos precederam no mesmo ofício. É a sua prática que tem de ser examinada e os resultados alcançados que importa incorporar. A este respeito, é de reparar que a historiografia do império português contemporâneo se construiu em reacção: aos modos de colonialismo tardio, aos processos de descolonização, às guerras de independência e às lutas académicas que, num vasto campo de circulação internacional, esboroaram as certezas do eurocentrismo de outrora. António Carreira, José Capela, Alfredo Margarido, Joseph Miller, Françoise Latour da Veiga Pinto, Gervase Clarence-Smith, Valentim Alexandre, Isabel Castro Henriques, Beatrix Heintze, Jill Dias, Douglas Wheeler, René Pélissier, Gerald Bender, Allen e Barbara Isaacman, Patrick Chabal e Christine Messiant foram pioneiros de um processo de criação de novas perspectivas, retomado por uma nova geração e que pode ser configurado a partir de três aspectos principais.

O primeiro diz respeito ao estabelecimento das historiografias nacionais, sobretudo em Angola e Moçambique, com possibilidades de criação e de invenção de novas articulações, tanto do ponto de vista das comparações a estabelecer como das relações com outras ciências sociais. O trabalho que

(4) Prasenjit Duara, «Introduction: The Decolonization of Asia and Africa in the Twentieth Century», in *Decolonization: Perspectives from Now and Then*, ed. P. Duara (Nova Iorque: Routledge, 2003), p. 1.

Víctor Kajibanga tem promovido na Universidade Agostinho Neto de Luanda afigura-se, a este respeito, exemplar.

O segundo aspecto encontra-se nas novas possibilidades que cada dia se abrem, devido à disponibilização de novos arquivos e fundos documentais, tanto em Portugal como nas novas nações africanas e, ainda, no âmbito de organizações internacionais. Novas possibilidades que são, hoje, acompanhadas de uma reflexão comparativa acerca dos modos de construção, mas também de apagamento que pesam sobre os arquivos coloniais, a começar pelas práticas de violência ⁽⁵⁾. No caso português, existe, aliás, um enorme atraso no trabalho de interrogação sobre as vicissitudes desses mesmos arquivos; um atraso, acrescente-se, tanto mais grave quanto estão em causa as últimas décadas que conduziram à descolonização e independência das novas nações africanas; no caso de Angola e à escala de um único exemplo, que pensar do facto de um funcionário dos serviços secretos de informação desde 1961 se ter transformado no chefe dos serviços secretos de um Estado democrático, na década de 1980?

Por último, existe uma nova geração de investigadores que é capaz de fazer uma história mais experimental de um ponto de vista conceptual e das agendas de problemas a tratar e, simultaneamente, mais empírica, porque fundada num vasto leque de fontes primárias (orais, visuais, arquivísticas, literárias, etc.). Uma nova geração, insisto, que não se limita a reproduzir genealogias nacionais, mas que sabe colaborar internacionalmente e estabelecer comparações que deixam para trás o bafo das tradições intelectuais nacionais. Ora, este livro deverá ser lido como um diálogo com os trabalhos da nova geração acabada de referir. As críticas ou respostas aqui formuladas não escondem a profunda admiração que sinto pelo amplo trabalho de análise histórica e esforço de inovação que está em curso.

De um modo que não é sistemático, os estudos aqui reunidos partilham entre si algumas preocupações, que deverão orientar a formulação de problemas, com capacidade para orientar a pesquisa. A primeira consiste em procurar passar de uma história das ideias a uma história das acções, situações, processos e instituições. O meu progressivo distanciamento em relação a uma história dos impérios centrada nas construções ideológicas e culturais, em benefício da articulação com outros ângulos e da selecção de outros laboratórios, pode ser avaliado em função de uma aproximação ao estudo de movimentos populacionais, situações coloniais envolvendo o Estado colonial, e do trabalho de agentes concretos. A interrogação sistemática sobre a capacidade explicativa das dimensões mais culturais também me permitiu

(5) Caroline Elkins, «Looking beyond Mau Mau: Archiving Violence in the Era of Decolonization», *The American Historical Review*, vol. 120, n.º 3 (Junho 2015), pp. 852–868.